

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

EXERCÍCIO DE 2009

A – CONTEÚDO GERAL

1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT			Código SIORG 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa Agência Espacial Brasileira – AEB			
Denominação abreviada AEB			
Código SIORG 4243	Código LOA: 24205	Código SIAFI: 203001	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica Autarquia Federal			
Principal Atividade Ciência e Tecnologia			Código CNAE: 7210-0
Telefones/Fax de contato	(61) – 3411-5500		
Endereço eletrônico www.aeb.gov.br presidencia@aeb.gov.br			
Endereço Postal: SPO – Área 5 – Quadra 3 – Bloco A – 2º Andar – CEP: 70.610-200			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.854, de 10.02.1994 – Natureza Civil – finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Decretos nºs 4.566 e 4.718, de 01.01.2003 e 04.06.2003, respectivamente			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal de natureza civil vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, criada em 10 de fevereiro de 1994, pela Lei nº 8.854, tem como finalidade promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

De acordo com o artigo 3º dessa lei, a AEB tem as seguintes competências:

I - executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;

II - propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;

III - elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;

IV - promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;

V - analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;

VI - emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;

VII - incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;

VIII - estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;

IX - estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;

X - estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;

XI - articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;

XII - identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;

XIII - estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;

XIV - aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

A Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) está expressa no Decreto nº 1.332/94 e o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), ao lado de outros programas como o de energia nuclear, defesa nacional e Amazônia, integra o terceiro eixo estratégico do Plano de Ação C.T&I 2007-2010 do Ministério da Ciência e Tecnologia, que trata da "Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas".

Dentro de uma visão estratégica nacional de longo prazo para o setor, o PNAE tem como objetivo geral o desenvolvimento e a utilização de tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, contribuindo para a construção da soberania e autonomia, geração de novos conhecimentos e desenvolvimento econômico e social do País.

2.2 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A estratégia de implementação do Programa tem por base os seguintes princípios:

1. Foco no atendimento às necessidades dos usuários de bens e serviços espaciais.
2. Autonomia na área de pequenos satélites e respectivos veículos lançadores.
3. Adoção de padrões de segurança e qualidade compatíveis com as normas internacionais.
4. Busca da sustentabilidade do modelo de financiamento das atividades espaciais mediante a comercialização de bens e serviços espaciais.
5. Integração da indústria e da academia ao conjunto das instituições envolvidas com a implementação do PNAE.
6. Fortalecimento das instituições direta ou indiretamente envolvidas com a implementação do PNAE, com ênfase em:
 - i. formação, capacitação e alocação de recursos humanos de modo a favorecer a inovação tecnológica e o aperfeiçoamento da gestão;
 - ii. utilização de métodos, técnicas e ferramentas de gestão do conhecimento gerado no âmbito destas instituições; e
 - iii. utilização de métodos, técnicas e ferramentas de planejamento estratégico e tecnológico para a área espacial.

Para o período 2008 a 2011, as seguintes prioridades foram definidas para responder aos objetivos do Programa:

1. Continuação do desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e seus sucessores, com incremento da participação industrial, e da infra-estrutura de lançamento, incluindo o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

2. Em todas as missões, sempre que possível, será agregada uma carga útil para manutenção e atualização do Sistema de Coleta de Dados Brasileiro, eliminando a necessidade de satélites específicos.
3. Conclusão do projeto da Plataforma Multimissão.
4. Continuação do projeto dos satélites CBERS e dos meios de processamento e distribuição de imagens.
5. Promoção da comercialização dos meios de acesso ao espaço, pela implantação da empresa Alcântara Cyclone Space (ACS) e da infraestrutura geral do Centro Espacial de Alcântara (CEA), que inclui sítios de lançamento comerciais.
6. Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento voltados para o domínio de tecnologias críticas, com participação dos setores acadêmico e industrial.
7. Condução de projetos mobilizadores que atendam às demandas nacionais em Observação da Terra, Missões Científicas e Tecnológicas, Telecomunicações e Meteorologia, incluindo o desenvolvimento de satélites geoestacionários, de satélites de observação por radar de abertura sintética (SAR) e missões científicas com satélites, balões e foguetes de sondagem.
8. Manutenção e industrialização do bem-sucedido programa de foguetes de sondagem.
9. Incremento da participação da indústria nacional no desenvolvimento das atividades e projetos contemplados pelo Programa, promovendo, inclusive, a transferência de tecnologias geradas no INPE e no CTA.
10. Utilização de instrumentos de cooperação internacional que envolvam transferência de tecnologia e coincidam com os interesses nacionais

As ações sob responsabilidade da AEB serão executadas diretamente ou mediante convênio com as instituições governamentais dedicadas às atividades espaciais e com universidades brasileiras; as ações sob responsabilidade do INPE e do CTA terão execução direta, através da descentralização de créditos. Está prevista significativa participação da indústria nacional como contratada nos projetos de desenvolvimento tecnológico.

2.3 – PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1 – RELAÇÃO DOS PROGRAMAS

TÍTULO DO PROGRAMA: NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS (0464)

Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Incentivar a pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas
Objetivo Específicos	Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais
Gerente do Programa	Carlos Ganem – Presidente da AEB
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados para Avaliação do Programa	Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC) e Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)
Público-Alvo (Beneficiários)	Governo; comunidade científica; e setor produtivo nacional

2.3.2 – PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

AÇÃO: 10ZI (Desenvolvimento do Satélite de Sensoriamento Remoto com Imageador Radar – MAPSAR)

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Desenvolver, fabricar, testar e colocar em operação sistemas de satélites de sensoriamento remoto com imageador radar, visando ampliar e complementar a capacidade do país em monitorar seus recursos naturais.
Descrição	Desenvolvimento e colocação em órbita de um satélite com imageador radar. Isso envolve o desenvolvimento do satélite, do segmento de suporte ao desenvolvimento e do sistema de operação e lançamento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Coordenador Nacional da Ação	Diretor do INPE
Unidades Executoras	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

AÇÃO: 10ZJ (Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1)

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Desenvolver e fabricar satélite de observação da Terra com aplicação direta na otimização do monitoramento da região Amazônica.
Descrição	O Amazônia-1 tem como missão prover dados para o monitoramento ambiental, principalmente dar continuidade e aperfeiçoar o sistema de detecção em tempo real do desflorestamento no Brasil (DETER). Será o primeiro satélite a utilizar a plataforma multi-missão (PMM), cuja conclusão está prevista para o final de 2012. O Amazônia-1 consolidará no País a capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Coordenador Nacional da Ação	Diretor do INPE
Unidades Executoras	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

AÇÃO: 10ZK (Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3)

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Desenvolver, fabricar, testar e colocar em órbita um satélite de sensoriamento remoto de nova geração da série CBERS e desenvolver o sistema de operação do satélite em cooperação com a República Popular da China, visando ampliar a capacidade do país em monitorar seus recursos naturais e meio ambiente.
Descrição	O satélite CBERS-3 será equipado com quatro câmeras para imageamento da superfície do Planeta. Todas as fases da missão serão desenvolvidas em cooperação com a China, estando as responsabilidades pela fabricação e os custos divididos em partes iguais entre China e Brasil, e o seu lançamento está previsto para 2011. Cada satélite levará a bordo as seguintes cargas úteis: quatro imageadores ópticos; transmissores de dados de imagens (DT); gravador de dados digital (DDR); sistema de coleta de dados (DCS). São partes constituintes da missão: o satélite, o segmento de suporte ao desenvolvimento e o sistema de operação e lançamento. Atividades a serem desenvolvidas interna e externamente: desenvolvimento das especificações da missão; organização do plano de gerenciamento e do plano gerencial e industrial; especificação e aquisição de equipamentos, partes e componentes; contratação de consultorias e serviços; desenvolvimento e engenharia dos segmentos do satélite, dos subsistemas e dos equipamentos que compõem o satélite; fabricação e acompanhamento da fabricação das partes; integração e testes dos subsistemas, segmentos e sistema; planejamento e

	execução das operações de lançamento; desenvolvimento dos testes finais de aceitação dos sistemas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Coordenador Nacional da Ação	Diretor do INPE
Unidades Executoras	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

AÇÃO: 10ZL (Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4)

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Fabricar, testar e colocar em órbita um satélite de nova geração da série CBERS em cooperação com a República Popular da China, com base nos desenvolvimentos de engenharia do satélite CBERS 3, visando manter a capacidade operacional do país em monitorar seus recursos naturais e meio ambiente.
Descrição	O sistema de satélites CBERS fornece em caráter operacional, imagens de todo território brasileiro para diversas aplicações e também distribui imagens para os países da América do Sul e, mais recentemente, planeja-se, com o aval do Ministério das Relações Exteriores, a instalação de estações de recepção em países da América Latina e da África. O satélite CBERS-4 é parte de uma segunda geração de satélites, iniciada com o CBERS 3. Na fabricação do CBERS-4 utilizam-se várias tecnologias desenvolvidas para o CBERS-3. O satélite CBERS 4 é desenvolvido em conjunto com o CBERS-3, e o seu lançamento está previsto para 2013, permitindo a substituição do CBERS-3 em continuidade do sistema. A manutenção de sistema de satélites de sensoriamento remoto é fundamental para monitoramento e controle do desmatamento. O CBERS-4 também será equipado com quatro câmeras para imageamento da superfície do Planeta. Cada satélite levará a bordo as seguintes cargas úteis: quatro imageadores ópticos; transmissores de dados de imagens (DT); gravador de dados digital (DDR); sistema de coleta de dados (DCS). São partes constituintes da missão: o satélite, o segmento de suporte ao desenvolvimento e o sistema de operação e lançamento. Atividades a serem realizadas interna e externamente: fabricação e acompanhamento da fabricação das partes; integração e testes dos subsistemas, segmentos e sistema; planejamento e execução das operações de lançamento; desenvolvimento dos testes finais de aceitação dos sistemas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Coordenador Nacional da Ação	Diretor do INPE
Unidades Executoras	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

AÇÃO: 6239 (Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites)

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a autonomia do País no desenvolvimento de veículos lançadores a serem utilizados em lançamentos dos satélites nacionais previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE.
Descrição	Realização de estudos, projeto e revisão, fabricação, integração, ensaios, análise de conformidade e operação de veículos lançadores. Incluem seus sistemas, subsistemas, peças e componentes, além de dispositivos associados e meios de solo, englobando recuperação, certificação e implementação de laboratórios e plantas industriais relacionadas, cobrindo o ciclo completo desde a concepção e revisão do projeto de veículo até a análise de resultados de vôos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Coordenador Nacional da Ação	Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL) da AEB
Unidades Executoras	Instituto de Aeronáutica e Espaço

AÇÃO: 6240 (Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes de Sondagem)

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Capacitar o País e garantir sua autonomia em tecnologia de foguetes de sondagem que possibilitem a execução de experimentos suborbitais.
Descrição	Desenvolvimento de tecnologias e soluções de engenharia, fabricação e ensaio, em solo, de sistemas e subsistemas de uma família de novos protótipos de foguetes de sondagem, bem como de dispositivos e meios de solo para testes e lançamento. Transferência para a indústria das tecnologias de foguetes de sondagem já dominadas pelo CTA/IAE, utilizando-se o instrumento de poder de compra do governo como um dos meios para incentivar a inserção da indústria nacional no mercado de lançamento de foguetes.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Coordenador Nacional da Ação	Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL) da AEB
Unidades Executoras	Instituto de Aeronáutica e Espaço

AÇÃO: 4934 (Desenvolvimento e Lançamento de Satélites Tecnológicos de Pequeno Porte)

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Desenvolver pequenos satélites experimentais com o propósito de criar ou consolidar competência em engenharia espacial em núcleos de excelência existentes em universidades brasileiras e fornecer carga útil de baixo custo desenvolvidas nas universidades para testes de qualificação de veículos lançadores de satélite.
Descrição	Elaboração de projeto, desenvolvimento e fabricação de satélites tecnológicos de pequeno porte (micro e nano-satélites).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Coordenador Nacional da Ação	Diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) da AEB
Unidades Executoras	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

AÇÃO: 7F40 (Implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA)

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Implantar um Centro Espacial, com uma concepção civil, que possa explorar os serviços de lançamento em bases comerciais e possibilite uma convivência integrada das atividades do Centro com as das comunidades locais, evitando-se a necessidade de deslocamentos de novos contingentes de famílias residentes na região.
Descrição	Construção das obras de infra-estrutura da área institucional e da área de habitação e serviços do Centro, bem como implementação de medidas sociais e ambientais compensatórias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Coordenador Nacional da Ação	Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL) da AEB
Unidades Executoras	Centro de Lançamento de Alcântara

O ano de 2009 foi marcado por forte suplementação de recursos destinados à recomposição dos recursos cancelados do CBERS-3 e Amazônia-1 pelo Congresso Nacional, quando da votação do PLOA-2009, bem como pelo reforço de dotação para viabilizar as obras complementares de infraestrutura geral no CLA. Nesse contexto, como principais resultados do PNAE, podem ser destacadas as seguintes ações:

1) Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (CBERS)

Foi entregue a câmera multiespectral MUXCAM, pela empresa Opto Eletrônica, que fará parte da carga útil do satélite CBERS 3. Trata-se da primeira câmera do gênero inteiramente desenvolvida e produzida no Brasil, para geração de imagens de 20 metros de resolução destinadas ao monitoramento ambiental e gerenciamento de recursos naturais. Essa câmera é totalmente livre de embargos e restrições do International Traffic in Arms Regulations (ITAR). Os estudos do Intelligent Decision Support System do CBERS 3 foram realizados e a integração da rotina do ambiente espacial está em andamento. Foram distribuídas aos usuários nacionais e internacionais mais de 800 mil imagens CBERS, como consequência do esforço de divulgação do Programa para a África e América Latina. Foram também assinados, durante a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, em maio de 2009, memorandos de entendimento para a recepção de dados do CBERS nas estações de Ilhas Canárias, África do Sul e Egito.

2) Implantação do Complexo Espacial de Alcântara

Face à suplementação de recursos em 150% do montante aprovado inicialmente na LOA, foi possível dar grande avanço na contratação de obras e serviços complementares da infraestrutura geral do CLA, necessários para o apoio ao lançamento do foguete ucraniano Cyclone-IV. Essa responsabilidade foi atribuída ao Governo brasileiro no Tratado firmado entre Brasil e Ucrânia, em 2003. Com o total dos recursos assegurados, foi firmado convênio com a Secretaria de Infraestrutura do Governo do Maranhão, destinando recursos para a recuperação da Rodovia MA-106, no trecho do Terminal do Cujupe ao CLA, o que possibilitará o transporte de cargas espaciais para o sítio de lançamento do Cyclone. Da mesma forma, recursos foram descentralizados para o CLA, o que permitiu o início de algumas obras e outras contratações, destacando-se, entre outros, os seguintes: modernização da Sala de Controle Operacional do Setor de Comando e Controle; recuperação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeródromo do CLA; construção da Torre Anemométrica; aquisição de Sistema de Integração de Dados Meteorológicos; aquisição do Radar Perfilador de Vento; recuperação do Prédio da Seção Contra-Incêndio no Aeródromo do CLA; aquisição de Computadores e restauração do Centro Técnico. Os estudos para obtenção da Licença de Instalação para as obras de complementação da infraestrutura no CLA, bem como a elaboração de estudos, projetos básicos e executivos e editais para execução destas obras continuam em curso.

3) Amazônia-1 – Sistema de Navegação e Controle da Plataforma Multi-Missão (PMM)

O projeto de desenvolvimento da Plataforma Multimissão (PMM) é um conceito moderno em arquitetura de satélites e consiste em reunir em uma única plataforma versátil os equipamentos essenciais à operação do satélite, independentemente de

sua órbita e de sua missão específica. Nesta arquitetura existe uma separação física entre a plataforma e o módulo de carga útil, possibilitando que ambos possam ser desenvolvidos, construídos e testados separadamente, antes da integração e teste final do satélite. A indústria nacional, representada pelas empresas Mectron, Fibraforte, Cenic e Atech, participa deste esforço de capacitação e desenvolvimento dos subsistemas propulsão, estrutura, suprimento de energia e telemetria, telecomando e controle (TT&C). Os subsistemas em desenvolvimento pela indústria nacional encontram-se prontos para passar à fase de fabricação, exceto o subsistema de TT&C, que passou por uma importante revisão de projeto e está enfrentando dificuldades na importação de componentes críticos.

O subsistema de controle de atitude e gerenciamento de dados (ACDH), último subsistema contratado pelo INPE para a PMM, encontra-se em franco desenvolvimento pela empresa INVAP Argentina, no âmbito da cooperação internacional entre AEB e CONAE. Etapa importante de validação do projeto de engenharia, concluída em dezembro de 2009, foi a revisão preliminar de projeto (PDR) do ACDH.

O projeto do satélite Amazônia-1, primeiro satélite da série que utilizará a PMM, vem apresentando importantes avanços no seu desenvolvimento. O Amazônia-1, após sua entrada em operações, complementarará o programa de geração e distribuição de imagens de sensoriamento remoto brasileiro, juntando-se aos três satélites do programa CBERS que permitirão o monitoramento dos recursos minerais e ambientais do território nacional.

O projeto de carga útil do Amazônia-1 está sendo desenvolvido pelo INPE, mas também conta com a participação ativa da indústria nacional. A empresa Opto Eletrônica S.A. é responsável pelo desenvolvimento do principal sensor que é a câmera *Advanced Wide Field Imaging (AWFI)*.

Outros pontos relevantes de progresso do desenvolvimento do satélite foram a definição da configuração do módulo da carga útil, o início do projeto do subsistema estrutura mecânica e a especificação do sistema de transmissão de dados.

Para a inclusão das imagens do satélite Amazônia-1 no sistema de recepção de imagens do Programa Espacial Brasileiro será necessário adequar a infraestrutura de solo. Para o cumprimento deste propósito, foram concluídas as análises das necessidades de compatibilização da carga útil com o segmento solo.

4) Missão MAPSAR

O satélite MAPSAR (Multi-application Purpose Synthetic Aperture Radar Satellite) consiste em uma parceria Brasil-Alemanha, para desenvolvimento conjunto de uma missão radar embarcada na plataforma espacial brasileira PMM (Plataforma Multimissão). O projeto já passou pela fase inicial (Fase A), que definiu a viabilidade técnica da missão e especificou a partilha de tarefas entre os dois países. A fase seguinte - de requisitos e definições preliminares do satélite (Fase B) - foi concluída em dezembro de 2009, faltando apenas a redação do relatório final pelo INPE em conjunto com a Agência Espacial Alemã (DLR).

5) Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB)

O Sistema Geoestacionário Brasileiro, devido ao seu elevado custo de construção, lançamento e operação, está em processo de contratação de um estudo que indicará a viabilidade ou não da adoção da modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) na implementação dos projetos decorrentes. Seis empresas ou consórcios de empresas responderam ao edital lançado pelo MP, PNUD e AEB, para a elaboração de propostas detalhadas de estudos de viabilidade, sendo que três delas foram pré-qualificadas. A proposta vencedora deverá ser contratada no primeiro semestre de 2010 e os estudos deverão estar concluídos e serem apresentados até dezembro do mesmo ano. No curso dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho do SGB, coordenado pela AEB e responsável pela definição das diretrizes da ação, foram concluídas as discussões e os estudos sobre as demandas públicas setoriais que esse sistema deverá atender, compreendendo as cargas úteis para meteorologia, comunicações militares, controle de tráfego aéreo e comunicações estratégicas de governo.

6) Desenvolvimento de Foguetes de Sondagem

Nas ações relativas aos foguetes de sondagem, destaca-se o lançamento bem sucedido em 29/05/2009, do Veículo de Treinamento Orion V2 (Operação Maracati I), a partir do CLA, portando carga útil tecnológica da Agência Espacial Alemã, DLR-MORABA. O lançamento permitiu ao CLA, manter sua operacionalidade, receber treinamento do DLR-MORABA e avaliar o veículo ORION utilizado como foguete de treinamento. Com referência ao VSB-30, destaca-se a conclusão do processo de avaliação da qualificação (certificado de tipo nº: 001T2009). Trata-se do primeiro veículo espacial brasileiro a receber este tipo de habilitação. Destacam-se também os dois voos do VSB-30 (Texus 46 e Texus 47) realizados com sucesso no campo de Esrange, em Kiruna, na Suécia, em 22 e 29/11/2009, respectivamente. Ambos os voos tiveram trajetória nominal seguida, os experimentos realizados, excelente ambiente de microgravidade e as cargas úteis recuperadas.

7) Veículo Lançador de Satélites

Com relação ao desenvolvimento do veículo lançador, destaca-se a continuação da incorporação das modificações no VLS-1 decorrentes da Revisão Crítica realizada em parceria com a State Rocket Center (SRC/Makeyev), onde foram contratados todos os estudos de engenharia necessários às definições a serem testadas na maquete radioelétrica, MIR, e nos dois protótipos para os voos de teste do VLS-1. Destaca-se, também, o prosseguimento na preparação do "Mock-up" de Integração de Redes Elétricas (MIR), do VLS-1 XVT-01, do VLS-1 XVT-02 e do VLS-1 V04; e o início do desenvolvimento de Motores bobinados para o VLS-1. Prevê-se o lançamento do primeiro voo de testes para 2012.

Quanto à reconstrução da Torre Móvel de Integração do VLS, estão em andamento o nivelamento e alinhamento da placa base da mesa de lançamento; torre de umbilicais; trilhos; construção da sala de interface, canaleta técnica, torre e túnel de escape. Paralelamente, estão sendo fabricadas a estrutura metálica da TMI e as peças dos sistemas de movimentação, de ancoragem e da mesa de lançamento, além da aquisição de componentes eletrônicos e produtos comerciais. Essas etapas representam 50% da execução física da obra e a sua conclusão está prevista para o final de 2010, conforme previsto no cronograma.

8) Desenvolvimento de Satélites de Pequeno Porte

No desenvolvimento do satélite universitário ITASAT, foram concluídas as análises de diversas configurações relativas à atitude do satélite; controle, computador de bordo e protocolos de comunicação para missão. Foram também realizados estudos para a definição da órbita, polar ou de baixa inclinação (25°), levando-se em consideração as diversas características da missão: componentes, equipamentos pretendidos para embarque, plataformas de coletas de dados e estações de rastreamento já existentes em Cuiabá e Alcântara. Foi realizada no final do ano reunião para discussão dos estudos realizados para a missão: especificações técnicas do sistema, experimentos pretendidos para embarque, análise de custo, cronograma e viabilidade técnica do projeto ITASAT. Foram fixadas como metas um cronograma de desenvolvimento de três anos (ainda sem definição de data de lançamento) e a meta orçamentária de cinco milhões de reais para o período, excluídos os custos de lançamento.

Encontra-se em fase de finalização um convênio com o Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico (LSI-TEC), para estudos e elaboração de um plano estratégico para iniciativas de capacitação nacional em satélites de pequeno porte, além de apoio técnico e administrativo a projetos nesta área, incluindo o ITASAT.

PRINCIPAIS DIFICULDADES OBSERVADAS NO PERÍODO

Os principais problemas estruturais ou situacionais que o programa enfrenta ainda persistem, visto que a quase totalidade das suas soluções depende das políticas governamentais estabelecidas por outros órgãos setoriais de governo. Não obstante este fato, a AEB, sempre que possível, tem feito articulação com esses órgão ou participado de foros de discussão para externalizar esses problemas.

Entre os problemas situacionais, já anteriormente relatados, cabem, novamente, ser citados:

I - A restrição à importação de componentes de qualificação espacial dos Estados Unidos, que resultou na necessidade de reprojeter inúmeros equipamentos do satélite CBERS, acarretando em atrasos e aditivos nos contratos em vigor;

II - A dificuldade na celebração de novos contratos causada pelos longos prazos de análise requeridos pelo Núcleo de Assuntos Jurídicos de S. José dos Campos (NAJ/SJC/CGU/AGU), relacionados ao INPE e ao CTA, de modo que diversos contratos são assinados apenas no final do ano, exibindo, assim, baixa execução;

Como principais disfunções estruturais verificadas e que, caso corrigidas, poderiam impactar de forma mais intensa e positiva nos resultados, podem ser destacadas as seguintes:

I - Pouco Exercício do Poder de Compra do Estado:

Nos países detentores de tecnologia espacial, o papel do Estado é fundamental no direcionamento dos esforços de P&D espacial, no estabelecimento de políticas de compras governamentais e no

desenvolvimento inicial de bens e produtos, onde os riscos e custos são elevados, para, posteriormente, serem transferidos à indústria, como ocorre com satélites e veículos lançadores nos EUA e na Europa. Para esse efeito, o Estado deve não só exercer o papel de estimulador do desenvolvimento científico e tecnológico, como também auxiliar a promover a criação de um mercado, no qual as empresas possam se desenvolver e expandir, buscando inclusive a exploração de outros mercados externos. Assim, de forma complementar às diversas ações de natureza governamental já em andamento, torna-se necessária a assunção pelo Estado, de forma mais efetiva, do papel de comprador e usuário dos serviços e produtos gerados pelo setor espacial nacional. É necessária também a adoção da área espacial como questão de Estado, inserindo-o no planejamento estratégico de longo prazo, como segmento de infra-estrutura econômica, tão relevante quanto transporte, energia, recursos hídricos ou comunicações;

II – Limitações da Lei de Compras e Contratações na contratação de Desenvolvimentos Tecnológicos:

A legislação atual (Lei 8.666/93) tem uma concepção voltada ainda para a contratação de obras civis e compras ordinárias. Para os casos de projetos de desenvolvimento tecnológico, a legislação traz restrições, como exemplo, para que uma ou mais empresas, além de participar da fase de concepção e elaboração do projeto, como estímulo à melhoria da qualidade, possam também participar da fase de produção ou desenvolvimento. Inexistem também mecanismos de contratação mais flexíveis, tipo "cost-plus", para a fase de elaboração do projeto, impondo a modalidade "preço fixo" apenas à fase de produção, quando o risco se torna marginal. Há necessidade de aprovação de legislação específica para flexibilizar as regras de compras e encomendas governamentais junto às empresas da cadeia produtiva espacial brasileira, reduzindo a carga tributária dos produtos e serviços do setor espacial e criando também incentivos fiscais para empresas que produzam no país bens e serviços da área espacial.

LII – Descontinuidades e incertezas nos investimentos:

A elevação do volume dos investimentos a patamares, no mínimo, próximos daqueles previstos no PNAE 2005-2014, ou seja da ordem de R\$ 800 milhões por ano, associada à garantia de uma estabilidade no fluxo desses recursos, constitui o principal desafio do programa espacial, na dimensão dos investimentos. A abrupta ruptura e descontinuidade dos investimentos verificados desde o início da década de 90 até o início dos anos 2000 ocasionaram grande atraso nos projetos, descontinuidade nas contratações com a indústria, desmobilização de equipes e, principalmente, um grande descompasso entre os programas associados aos centros de lançamento, veículos lançadores e satélites, definidos como eixos estratégicos centrais no processo de domínio do ciclo completo da tecnologia espacial.

2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL

A AEB descentralizou no exercício 81,16% da dotação para os órgãos executores do PNAE: INPE/MCT e DCTA/COMAer/MD. Firmou convênios que representaram 10,68% da dotação e efetuou despesas com pessoal e benefícios aos servidores em 1,37%. Assim, a dotação que independe de análise do desempenho operacional soma 93,21% da dotação de 2009.

A análise do desempenho operacional ficou restrita a 2,3% do orçamento disponibilizado internamente na AEB, ou seja, R\$ 7.024.661,44, pois houve um saldo não executado de 4,9% da dotação.

O presente valor foi aplicado no pagamento das despesas administrativas: condomínio, vigilância, limpeza e conservação, energia elétrica, água, passagens e diárias, aquisição de material, pagamento de terceirizados e outros serviços afins.

Visando maximizar a execução do crédito disponibilizado para a manutenção, a AEB procurou mitigar os efeitos do pequeno quadro funcional existente para atender todas as demandas que uma atividade-meio sofre pelas áreas finalísticas. Nesse sentido, buscou capacitar os servidores para que o órgão utilizasse ao máximo as alternativas disponíveis em todos os respectivos sistemas e legislações que gerenciam e amparam as compras e serviços do governo federal.

Para implementar a aplicação dessas alternativas, em 2008, a AEB ofertou 10 cursos em diversas áreas administrativas: serviços gerais (elaboração e fiscalização de contrato, pregão), contabilidade, convênios e pessoal, beneficiando mais de 27 servidores lotados nessas áreas. No presente exercício foram 28 cursos, abrangendo todas as áreas de conhecimento da organização, beneficiando mais 38 servidores trabalhando nas atividades-meio e finalística.

O resultado foi uma alteração na modalidade de contratação da Autarquia conforme verificado no quadro abaixo.

Contratação	2008	2009	%
Pregão	6	11	83,33%
Adesão	2	6	200,00%
Dispensa	37	50	35,14%
Inexigibilidade	6	12	100,00%

O resultado mais expressivo foi na modalidade na Adesão às Atas de Registro de Preços. A capacitação proporcionou conhecer melhor a dinâmica do Sistema Integrado de Serviços Gerais – SISG, adequando as necessidades da AEB ao que os outros órgãos já compraram ou contrataram. O valor do pregão eletrônico saltou em 2008 de R\$ 1,8 milhão para R\$ 3,0 milhões em 2009.

Outra observação que o quadro reflete é que o número de servidores continuou o mesmo, mas o crescimento da demanda foi bem absorvido pela equipe, uma vez que a capacitação ofertou um conhecimento mais aprofundado da tramitação processual envolvido em cada forma de contratação.

2.4.1 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das LU

Determinações Unidades Orçamentárias	Código UO	Código SIAFI da UO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA	24205	203001

Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO					294.900.000	216.616.212	
	PLOA	2.572.654	3.514.723			119.904.329	177.322.591	
	LOA	2.572.654	3.514.723			109.970.603	106.574.805	
CRÉDITOS	Suplementares	1.526.869	590.000			4.316	17.572.000	
	Especiais	Abertos					270.000	1.000
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados					7.314.316	1.000	
Outras Operações								
Total		4.099.523	4.104.723	0	0	102.930.603	124.146.805	

Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	294.900.000	216.616.212				
	PLOA	90.492.761	113.079.000				
	LOA	56.304.693	117.533.221				
CRÉDITOS	Suplementares		60.000.000				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	40.000.000				
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	1.420.000					
Outras Operações							
Total		94.884.693	177.533.221	0	0	0	0

Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	122.476.983	180.837.314	90.492.761	113.079.000		
	LOA	112.543.257	110.089.528	56.304.693	117.533.221		
CRÉDITOS	Suplementares	1.531.185	18.162.000		60.000.000		
	Especiais	Abertos	270.000	1.000			
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos			40.000.000		
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	7.314.316		1.420.000			
Outras Operações							
Total		107.030.126	128.252.528	94.884.693	177.533.221	0	0

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		e ou recebedora	Classificação da ação	Pessoal e Encargos Sociais	Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Inter na	Concedidos					
	Recebidos					
Exter na	Concedidos	153173	12.573.1448.8602			142.844,60
		240101	19.571.0461.6995			37.911,00
	Recebidos	120013	19.128.0464.2595			12.500,00
			19.572.0464.2460			6.200.753,00
		120015	19.572.0464.2460			877.634,54
		120016	19.572.0464.2460			1.499.958,60
			19.572.0464.6239			21.894.731,50
			19.572.0464.6240			1.411.285,52
			19.572.0464.6704			3.268.455,81
			8			218.620,66
		240101	19.122.0464.2272			1.251.338,77
		240106	19.128.0464.2595			327.890,21
			19.572.0464.2253			1.500.000,00
			19.572.0464.4183			1.600.000,00
			19.572.0464.4195			5.985.000,00
			19.572.0464.4934			1.052.000,00
			19.572.0464.4958			2.295.000,00
			19.572.0464.4959			3.438.000,00
			19.572.0464.6704			1.500.000,00
			19.665.0464.1C6			150.000,00
			19.572.0464.10Z			1.500.000,00
	19.572.0464.10Z				1.000.000,00	
	19.572.0464.10ZI			1.000.000,00		
19.572.0464.10Z			24.800.000,00			
19.572.0464.10Z			28.999.700,00			
19.572.0464.10Z			1.000.000,00			

Despesas de Capital					
Natureza da Movimentação de Crédito	concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos				
	Recebidos				
Externa	Concedidos	240101	19.571.0461.6995	6.000,00	
	Recebidos	120013	19.572.0464.2460	6.804.247,08	
			19.572.0464.7F40	63.362.022,44	
		120015	19.572.0464.2460	238.572,37	
		120016	19.572.0464.6239	6.886.161,13	
			19.572.0464.6240	287.950,42	
			19.572.0464.6704	5.151.652,44	
			19.665.0464.1C68	349.967,46	
		240106	19.572.0464.2253	1.000.000,00	
			19.572.0464.4183	500.000,00	
			19.572.0464.4195	1.050.000,00	
			19.572.0464.4934	200.000,00	
			19.572.0464.4958	250.000,00	
			19.572.0464.4959	750.000,00	
			19.572.0464.6704	400.000,00	
			19.665.0464.1C68	150.000,00	
			19.572.0464.10ZG	1.000.000,00	
			19.572.0464.10ZH	1.000.000,00	
			19.572.0464.10ZI	6.000.000,00	
			19.572.0464.10ZJ	6.000.000,00	
			19.572.0464.10ZK	27.999.139,00	
19.572.0464.10ZL	6.000.000,00				

2.4.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	38.517,47		38.517,47	
Tomada de Preços				
Concorrência	491.201,79	127.344,24	491.201,79	127.344,24
Pregão	1.822.664,00	3.069.259,00	1.822.664,00	3.069.259,00
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	111.606,50	480.487,56	111.606,50	480.487,56
Inexigibilidade	87.185,40	196.319,74	87.185,40	196.319,74
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	3.214,58	11.427,27	3.214,58	11.427,27
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	3.833.430,82	3.704.754,00	3.833.430,82	3.704.754,00
Diárias	191.880,84	351.139,80	191.880,84	351.139,80
Outros (não aplicável)	43.208.562,13	34.847.118,49	43.208.562,13	34.847.118,49

A execução orçamentária e financeira interna da AEB tem como pilar a ação 2272 – Gestão e Administração do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE. Internamente a AEB executa essa ação visando prover os recursos necessários ao suporte das ações finalísticas do PNAE. O orçamento destinado para o presente exercício foi de R\$ 7.073.784,00. A presente dotação serviu para cumprir com as despesas relacionadas nos quadros informados.

Não houve contingenciamento do crédito disponibilizado para execução. O MCT em 2009 foi autorizado a executar 100% da sua dotação, dessa forma, a AEB como órgão vinculado, também usufruiu desse percentual.

Visando a economicidade e a racionalidade administrativa, a AEB vem adotando a adesão às Atas de Registros de Preços dos Pregões Eletrônicos na aquisição de bens e serviços. Essa alternativa vem diminuindo a pressão junto à Coordenação de Recursos Logísticos, considerando o pequeno quadro de pessoal existente para executar as tarefas de elaboração de edital, termo de referência e outros serviços que visam a deflagração de uma licitação ou mesmo um pregão eletrônico.

Os valores indicados na modalidade “Não Aplicável” referem-se a convênios firmados nos exercícios de 2008 e 2009 com o ISAE/FGV (R\$ 40,7 milhões) e a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Maranhão – SINFRA/MA (R\$ 30,0 milhões), respectivamente.

Despesas por Modalidade de Contratação

Créditos Recebidos

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Conite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Curso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fornecedor				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Dáguas				
Outros (não aplicável)	50827,01	142844,60	50827,01	142844,60

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa Créditos Recebidos

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
3- Outras Despesas Correntes	50.828	142.845	50.828	142.845	0	0	50.828	142.845
3390.14.00	12.432	16.120	12.432	16.120	0	0	12.432	16.120
3390.33.00	28.924	45.242	28.924	45.242	0	0	28.924	45.242
3390.36.00	9.473	81.483	9.473	81.483	0	0	9.473	81.483

Os valores recebidos do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE serviram para custear as despesas do Programa AEB-Escola. O recurso foi aplicado no pagamento de diárias e passagens para servidores da AEB, professores e alunos de todo o território nacional quando da participação em diversos eventos relacionados ao Programa Espacial Brasileiro. Destacamos a realização no presente exercício da V Jornada Espacial e do Curso de Astronáutica e Ciências do Espaço, realizados nos respectivos municípios de São José dos Campos – SJC/SP e Alcântara – MA.

Em 2008 foi o primeiro exercício em que a AEB recebeu crédito externo para o custeio dessas atividades. O avanço na divulgação e sensibilização dos diversos atores envolvidos na orientação e divulgação do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE vai requerer um montante maior de recursos para apoiar o Programa AEB-Escola. Nesse sentido, a receita nessa rubrica deverá crescer ao longo dos exercícios seguintes, considerando o grande interesse das escolas públicas em firmar parceria com o Programa AEB-Escola, visando o treinamento em um ambiente diverso daquele hoje existente para despertar o interesse de professores e alunos na busca do conhecimento científico.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0464		Denominação: NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
282.328.864	433.790.738	412.625.463	412.625.463	154.051.799	259.713.177	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	31/03/2008	37,25	39,50	36,00	27,10
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre os valores pagos nos contratos de fornecimento, por empresas brasileiras, de produtos programa espacial e o montante do dispêndio total com as ações finalísticas do PNAE, em cada exercício fiscal.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A razão principal para a queda no valor apurado se deve ao fato do aumento significativo dos recursos orçamentários, suplementares, destinados às obras de infraestrutura do CEA e ao aumento de capital da ACS. Como a natureza das finalidades não entram no computo do índice, que procura medir apenas a participação da indústria no desenvolvimento PNAE, verificou-se uma queda nesse índice em 2009						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC)	31/12/2006	11,00	78,00	31,00	20,00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Média ponderada dos graus de desenvolvimento dos equipamentos ou processos definidos como estratégicos, utilizando correspondentes graus de interesse ou relevância. Os valores dos graus de desenvolvimento adotados são, para Indústria não iniciado (0); em desenvolvimento (0,15); qualificado/testado (0,8); industrializado (1); para empresas nacionais: não desenvolvido (0,25); qualificado/testado (0,95); industrializado (1). Os equipamentos e processos estratégicos e de interesse ou relevância são: computador avançado para sistema de supervisão de bordo (5); sensor de estrelas (5); antena ativa (5); banco de testes para motores a propelente líquido (5); fabricação de propulsores sólidos acima de 15 kN a 20 kN (5); motor foguete a propelente líquido 3 kN a 5 kN (5); giroscópio a fibra óptica (5); laboratório para ensaio (5); subsistema de controle de atitude da plataforma multimissão (5).						
Análise do Resultado Alcançado:						
O baixo índice, em relação ao previsto, deve-se ainda aos inúmeros obstáculos que o programa espacial enfrenta e que superados, compreendendo a insuficiência de recursos orçamentários-financeiros e de especialistas para P&D, a própria das tecnologias que precisam ser desenvolvidas e dominadas, os embargos internacionais e as restrições legais à contratação de projetos de desenvolvimento tecnológico.						

2.4.3 – EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS (exterior e país)	288.022,11	284.282,69	351.105,85
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	205.849,98	191.880,84	365.181,52
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	2.302.384,12	2.655.831,00	2.950.701,50
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2.* Vigilância, Limpeza e Conservação	1.197.630,40	1.161.924,28	1.251.338,77
3.3. **Tecnologia da informação	393.216,82	435.940,56	556.284,24
3.4.*** Outras Terceirizações	702.001,12	1.051.537,00	1.131.651,22
4.**** CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	4.767,89	3.214,58	11.427,27
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	4.767,89	3.214,58	11.427,27
TOTAIS	2.796.256,21	3.131.994,53	3.666.988,87

Em 2007 – Valores retirados das contas:

* Vigilância Ostensiva, Limpeza e Conservação e Créditos Concedidos ao MCT face pagamento de Condomínio

*** Fretes e Transp. de encomendas, Transporte de Servidores, Serviços de Copa e Cozinha e parte da conta Apoio Administrativo face ter retirado a parte de TI.

**** Valores retirados da conta 2.9.2.4.1.03.09 – Suprimento de Fundos (pelo valor efetivamente utilizado).

Em 2008 – Valores retirados das contas:

* Vigilância Ostensiva, Limpeza e Conservação e Créditos Concedidos ao MCT face pagamento de Condomínio

** Apoio Administrativo Técnico e Operacional

*** Fretes e Transp. de encomendas, Transporte de Servidores, Serviços de Copa e Cozinha e parte da conta Apoio Administrativo face ter retirado a parte de TI.

**** Valores retirados da conta 2.9.2.4.1.03.09 – Suprimento de Fundos (pelo valor efetivamente utilizado).

Em 2009 – Valores retirados das contas:

* Vigilância Ostensiva, Limpeza e Conservação e Créditos Concedidos ao MCT face pagamento de Condomínio

** Apoio Administrativo Técnico e Operacional

*** Fretes e Transp. de encomendas, Transporte de Servidores, Serviços de Copa e Cozinha e parte da conta Apoio Administrativo face ter retirado a parte de TI.

**** Valores retirados da conta 2.9.2.4.1.03.09 – Suprimento de Fundos (pelo valor efetivamente utilizado).

2.4.4 – EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta prevista	Meta realizada	a ser realizada em 2010	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
19	122	0464	09HB	OP	3	-	-	-	-	37.195	30.084	36.804
19	572	0464	10ZG	P	3	% de execução física	12,00	2,00	16,00	2.500.000	2.261.416	5.000.000
19	572	0464	10ZH	P	3	% de execução física	10,00	4,00	15,00	2.000.000	1.684.171	2.000.000
19	572	0464	10ZI	P	3	% de execução física	7,00	7,00	10,00	7.000.000	6.991.877	8.570.000
19	572	0464	10ZJ	P	3	% de execução física	10,00	9,00	23,00	30.800.000	28.931.584	40.000.000
19	572	0464	10ZK	P	3	% de execução física	12,00	10,50	40,00	56.998.839	51.689.971	67.700.000
19	572	0464	10ZL	P	3	% de execução física	19,00	16,00	19,00	7.000.000	6.605.450	7.000.000
19	665	0464	1C68	P	3	% de execução física	6,00	5,50	6,00	900.000	381.378	3.400.000
19	301	0464	2004	A	3	unidade	52,00	35,00	34,00	47.149	23.720	28.560
19	365	0464	2010	A	3	unidade	7,00	7,00	7,00	7.918	6.973	7.980
19	331	0464	2011	A	3	unidade	23,00	26,00	25,00	31.460	22.751	21.600
19	306	0464	2012	A	3	unidade	52,00	47,00	43,00	101.640	91.414	83.592
19	301	0464	20CW	A	3	unidade	30,00	0,00	30,00	1.000	0	5.418
19	572	0464	2253	A	3	unidade	1,00	1,00	1,00	2.500.000	1.731.855	3.500.000
19	122	0464	2272	A	3	-	-	-	-	11.042.427	7.826.117	14.007.068
19	572	0464	2460	A	3	unidade	3,00	3,00	3,00	16.584.835	5.702.462	24.441.229
19	128	0464	2595	A	3	unidade	19,00	50,00	50,00	378.000	40.390	1.000.000
19	572	0464	2B91	A	3	unidade	1,00	0,00	2,00	200.000	0	200.000
19	572	0464	4183	A	3	unidade	75	82	75	2.100.000	1.188.480	3.100.000
19	572	0464	4195	A	3	unidade	1827	372530	2800	7.035.000	5.247.092	11.200.000
19	572	0464	4933	A	3	unidade	14,00	16,00	14,00	2.160.000	0	2.350.000
19	572	0464	4934	A	3	unidade	1,00	0,00	1,00	1.760.000	569.113	1.760.000
19	572	0464	4958	A	3	unidade	20,00	18,00	20,00	2.545.000	2.127.950	2.545.000
19	572	0464	4959	A	3	unidade	2,00	1,75	3,00	4.188.000	3.519.291	5.000.000
19	572	0464	6239	A	3	unidade	1,00	1,00	1,00	31.706.054	4.817.377	34.700.000
19	572	0464	6240	A	3	unidade	2,00	3,00	2,00	3.411.074	196.208	3.500.000
19	572	0464	6704	A	3	unidade	6,00	6,00	6,00	11.572.273	831.017	13.000.000
19	572	0464	7F40	P	3	% de execução física	8,16	18,91	10	100.000.000	6.027.256	39.000.000

2.4.5 – INDICADORES DE DESEMPENHO

A AEB descentralizou para os órgãos executores do PNAE (GIA-CTA, CLA, CLBI e INPE) 81,16% do orçamento referente às ações finalísticas, conforme subitem 2.4 do presente relatório. Os indicadores de desempenho ficaram sob responsabilidade dos órgãos executores, não cabendo, neste caso específico, discorrer sobre o método de aferição do desempenho das ações descentralizadas e, ainda, os critérios adotados para medir a sua eficiência.

No item 2.4.4 consta a execução físico/financeira do PNAE. No entanto, a informação disponibilizada restringe-se apenas aos números coletados no SIAFI e SigPlan. Pelos valores apresentados podemos afirmar que as metas realizadas, em algumas ações, foram além das perspectivas programadas.

As ações administrativas executadas na AEB representaram, apenas, 6% do orçamento anual. Os programas de assistência aos servidores foram executados conforme determinam as legislações vigentes.

A nova Presidência da AEB, nomeada a partir de março de 2008, editou a Portaria PRE nº 76/08, que versa sobre normas para as descentralizações do orçamento da AEB para os demais órgãos públicos abrangidos pelos orçamentos fiscal e de seguridade social. A referida portaria visou reduzir o tempo entre a solicitação dos órgãos e a efetiva descentralização.

Em 2008 a primeira descentralização ocorreu no início de janeiro por duodécimos, tendo em vista que o orçamento foi aprovado em abril/2008.

No presente exercício o orçamento foi aprovado ainda em 2008. O decreto de programação foi editado no final de janeiro/2009 e, a primeira descentralização ocorreu somente no final de fevereiro. Então, os dois exercícios analisados não produziram o mesmo padrão para que pudéssemos medir se a referida portaria produziu o resultado esperado.

Outra preocupação da nova administração refere-se ao elevado nível de inscrição de Restos a Pagar. Em 2007 foi de 55,95% do orçamento empenhado e, em 2008, 54,66%. No presente exercício a inscrição de Restos a Pagar ficou em 42,74%. As reuniões realizadas ao longo do exercício com os executores surtiram efeito, pois já conseguimos reduzir a inscrição em 11%.

3 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS:

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Nome do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	34	34	115
Próprios	8	8	115
Requisitados	26	26	0
Celestas	0	0	0
Cargos de livre provimento	38	38	85
Estatutários	12	12	0
Não Estatutários	26	26	85
Terceirizados	84	84	84
Total	156	156	284

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e

QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Qtd.	vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	10	301.025,26	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	10	440.412,19	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	10 (até28/02) 8 (após 01/03)	375.715,91	0,00	0,00	0,00	0,00		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	33	1.126.818,75	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	38	1.734.760,32	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	38	1.516.131,17	0,00	0,00	0,00	0,00		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	2	339.909,63	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	3	687.017,26	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	3 (até 30/06) 2 (após 01/07)	588.081,70	0,00	0,00	0,00	0,00		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	35	739.371,37	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	31	995.165,16	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	33	951.743,04	0,00	0,00	0,00	0,00		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	22	601.700,73	11	176.820,82	21	591.416,02	12	76.221,47
2008	24	746.368,34	8	164.225,25	38	912.909,46	2	17.870,63
2009	26	822.595,59	28	529.894,04	27	425.296,69	7	30.609,52

3.1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Em 10 de fevereiro de 1994, pela Lei nº 8.854, foi criada a Agência Espacial Brasileira – AEB tendo como missão por formular e coordenar a política espacial brasileira. Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a AEB tem dado continuidade aos esforços empreendidos pelo governo brasileiro, desde 1961, para promover a autonomia do setor espacial.

3.2 – INDICADORES GERENCIAIS

· **Absenteísmo:** prática habitual de abandonar o cumprimento de deveres e funções de determinado posto ou cargo em decorrência de afastamento para tratamento da saúde própria por motivo de doença. Na AEB, a quantidade de licenças no 1º e 2º trimestres deve-se aos casos de suspeita e confirmações da Gripe A (H1N1).

· **Acidente de trabalho e Doenças Ocupacionais:** não se aplica;

· **Perfil Etário:** O quadro de recursos humanos da AEB é composto basicamente de servidores requisitados de outros órgãos ou nomeados para cargos em comissão, sendo que 75,55% do quadro de pessoal encontram-se acima dos 40 anos de idade, refletindo, assim, a necessidade da renovação e realização de concurso público.

· **Rotatividade**(turnover): O quadro funcional da AEB é formado por servidores que não pertencem ao quadro efetivo; há uma grande rotatividade se servidores quando da mudança de dirigentes, podendo, inclusive, afetar o desempenho de projetos em andamento e em fase de finalização, causando prejuízo nos objetivos finalísticos, funcionais e organizacionais da instituição.

· **Formação Acadêmica:** observe tabela abaixo:

SERVIDORES	PORCENTAGEM
Nível médio	29,11%
Nível superior	54,43%
Com mestrado	10,13%
Com doutorado	6,33%

· **Educação Continuada:** A AEB vem investindo em projetos de retenção de talentos e em desenvolvimento profissional visando não apenas o crescimento organizacional, como também contribuir para a qualificação profissional. Enquanto aguarda a aprovação do plano permanente de capacitação e a implementação do plano anual de capacitação, a AEB atende as necessidades demandadas de cada unidade solicitante. Nesse contexto, convém salientar que no ano de 2009 foram investidos R\$ 33.546,57, na qualificação, treinamento, desenvolvimento e participação em congressos e similares, beneficiando mais de 22 servidores. O programa de capacitação foi realizado em todas as unidades e ofereceu 13 vagas a estudantes de cursos superiores e ensino médio, tendo como principal objetivo integrar os jovens ao sistema corporativo.

· **Satisfação e Motivação:** Para possuir empregados trabalhando com alegria, dedicação, comprometimento e orgulho dentro da instituição e dispostas a dar o melhor de si em prol da Instituição, necessário contar com servidores motivados e satisfeitos dentro das dependências da organização. Depende de vários fatores, sendo o salário adequado, benefícios, planos de incentivos, dentre outros estímulos pecuniários e higiênicos. No entanto, a AEB, como os demais órgãos federais depende do MPOG para vislumbrar quaisquer benefícios extras aos servidores.

· **Disciplina:** Fundamental para que os servidores desenvolvam suas atividades com denodo e profissionalismo, diligência e acuidade com a coisa pública. Nesse condão, a AEB conta com excelentes servidores.

- **Desempenho Funcional:** Torna-se necessário que nesta unidade jurisdicionada tenha sistemáticas de avaliação capazes de acompanhar o crescimento dos servidores que nela exercem suas atribuições e, ao mesmo tempo, fazer uma ligação com os propósitos maiores não só das unidades a que os servidores estejam vinculados, mas também com os propósitos da AEB como um todo.
- **Níveis Salariais:** O atual Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE ao qual os servidores pertencentes ao quadro ativo permanente da instituição é inadequado para as suas especificidades, funções e atribuições da AEB, dificultando, assim, o bom desempenho em sua missão institucional.
- **Demandas Trabalhistas:** não se aplica.

3.3 – ANÁLISE CRÍTICA

Desde a sua criação já previa-se a existência de quadro de pessoal efetivo e de cargos em comissão e de confiança. No entanto, o atual quadro efetivo encontra-se inadequado para as suas especificidades, funções e atribuições. Convém lembrar que dos 115 (cento e quinze) cargos ativos permanentes previstos no Anexo II da Lei nº 8.854/94, apenas 8 (oito) estão preenchidos e houve uma drástica redução: dos 170 (cento e setenta) cargos comissionados previstos no Anexo I da mesma Lei, hoje contamos com apenas 84 (oitenta e quatro).

Diante dessas informações, para que haja uma adequação quantitativa e qualitativa dos quadros das áreas-meio e finalísticas no que se refere à missão organizacional, seria necessário uma reorganização orgânica e funcional, visando atender não só os aspectos legais, mas, também, ao perfil missão.

Quanto à necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado, destacamos que visando alcançar o nível competitivo internacional na área espacial, a AEB encontra-se em processo de constante capacitação e modernização das instalações e sistemas dos executores do PNAE (INPE e DCTA), além do tratado de cooperação de longo prazo com a Ucrânia e outras diversas parcerias internacionais com diversos países e, ainda, a criação do Centro Espacial de Alcântara (CEA).

Nesse contexto, levando em consideração a complexidade tecnológica e o grande vulto do empreendimento relacionado à implantação do CEA, torna-se irrefutável a adequação da estrutura organizacional da AEB para que se possa dotá-la de condições mínimas de recursos humanos para realizar sua missão.

Quanto aos planos de capacitação do quadro de recursos humanos, estes ainda não foram aprovados para que sejam colocados em prática .

Quanto à política remuneratória da UJ esta é regida pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Inexistem terceirizados que atuem em atividades finalísticas na administração da AEB.

4 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

Não há nenhum passivo a ser reconhecido por insuficiência de créditos ou recursos.

5 - INFORMAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	APagar
2007	1.749.492,31	00,00	26.048,90	1.723.443,41
2008	1.723.443,41	00,00	00,00	1.723.443,41
2009	1.723.443,41	00,00	1.253.413,39	470.030,02
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	APagar
2007	295.135,31	43.368,03	251.767,28	00,00
2008	41.273.040,36	00,00	7.054.511,98	34.218.528,38
2009	35.798.437,16	00,00	00,00	35.798.437,16

A estratégia a ser adotada para pagamento dos RP depende da autorização constante do decreto de programação do exercício. A edição do Decreto nº 6.752, de 28.1.09, proporcionou um planejamento mais adequado, pois foi publicada no início do exercício. O pagamento ficou restrito a R\$ 7.054.411,08, correspondentes a 17,09% do total inscrito. Desse total, R\$ 6,6 milhões foram do convênio com o ISAE/FGV. O baixo valor deve-se a problemas na prestação de contas do convênio firmado, acarretando atraso na liberação das demais parcelas; a diferença do respectivo valor foi liquidada dentro dos prazos de vencimento.

Os RP tem tido um impacto negativo no financeiro do exercício. O total da programação foi de R\$ 254,1 milhões e o RP de R\$ 76,7, ou 30,22% do total programado. Ressaltamos que somente o convênio firmado com o ISAE/FGV foi de R\$ 40,7 milhões, fato nunca ocorrido na inscrição de RP não processados.

Os RP processados a pagar no valor de R\$ 470,0 mil referem-se ao contrato firmado com o Consórcio PMM. O valor foi objeto de um serviço entregue e ainda não certificado pelo INPE. O presente evento encontra-se em testes, e tão logo o INPE certifique o seu funcionamento, o pagamento será efetuado.

Conforme indicado no parágrafo retro, a AEB tem somente o valor de R\$ 470,0 mil inscrito no exercício de 2007. O saldo de 2008 encontra-se devidamente autorizado pelo Decreto nº 7.057, de 29.12.09.

Os RP inscritos em 2008 e 2009 foram atípicos, pois são convênios firmados com valores acima dos praticados em exercícios anteriores. Os convênios foram empenhados em ações finalísticas, fora do universo administrativo dos RP da AEB. Do valor inscrito em 2009, R\$ 32,6 milhões são de convênios empenhados em ações finalísticas. A diferença é o nível usual de RP da Instituição, representando um percentual natural dentro de uma execução planejada.

6 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO, AUXÍLIO OU CONTRIBUIÇÃO.

Quadro de Detalhamento de Transferências

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG/ CNPJ		Denominação							
203001		AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA							
Tipo	Identif.	Conveniente	Vr Pactuado	Contraparti da Pactuada	Rep. total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit
							Início	Fim	
1	511074	51619104/0001-10	850.000	45.000	850.000	-	14/10/2004	30/09/2011	0
1	511075	51619104/0001-10	1.910.000	121.999	1.250.000	-	14/10/2004	28/02/2012	0
1	517883	33749086/0002-90	30.000.000	-	30.000.000	-	31/12/2004	31/12/2010	0
1	524469	51619104/0001-10	1.149.790	84.970	1.149.790	-	08/07/2005	31/05/2010	0
1	535295	51619104/0001-10	1.002.720	104.000	701.600	237.300	23/12/2005	30/04/2010	0
1	574724	51619104/0001-10	2.950.000	295.000	1.450.000	-	17/11/2006	31/08/2011	0
1	574725	51619104/0001-10	1.521.767	145.000	1.450.000	-	17/11/2006	31/10/2011	0
1	403453	61600389/0001-55	466.469	-	432.611	1.616	11/12/2000	30/06/2010	0
1	638896	63690556/0001-77	40.740.000	2.144.211	-	6.605.403	21/12/2008	29/06/2010	0
1	704339	08892295/0001-60	30.000.000	3.000.000	-	-	13/08/2009	29/07/2010	0
1	724487	03018444/0001-42	508.000	56.444	-	-	21/12/2009	20/12/2011	0

A AEB é o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE, conforme Decreto nº 1.953, de 10.7.96 e, também, responsável pela elaboração e atualização do Programa Nacional e Atividades Espaciais – PNAE.

Os órgãos setoriais definidos pelo respectivo decreto são: o INPE/MCT, o DCTA/COMAer/MD; e os demais órgãos e entidades participantes serão os indicados pelos respectivos setores público e privado.

A execução do PNAE será de forma descentralizada para os órgãos setoriais e, os convênios, quando firmados, deverão observar estritamente o PNAE, de acordo com o art. 3º do decreto de criação do SINDAE.

Os convênios firmados neste exercício seguiram estritamente os objetivos do PNAE. O programa espacial demanda um prazo mais longo para que seus objetivos sejam alcançados. O convênio firmado com a FINEP para reconstrução da Torre Móvel de Integração – TMI, substituta da que sofreu o incêndio em Alcântara em 2003, deverá ser concluído no final de 2010, ou seja, seis anos após a sua assinatura. Os demais convênios também necessitam do mesmo tempo despendido para a consecução dos objetivos esperados em diversos experimentos científicos.

O objetivo dos convênios é incentivar a pesquisa aplicada nas universidades, com foco no programa espacial. Em 2009 foi lançado mais um anúncio de oportunidades para a submissão de novos projetos de pesquisa para o programa Uniespaço. Os experimentos e projetos de pesquisa dos programas microgravidade e uniespaço aguardam as conclusões para que os seus resultados sejam aplicados no programa espacial brasileiro.

O convênio 704339 assinado com a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Maranhão – SINFRA/MA, tem como objeto a reconstrução da Rodovia MA 106, que dá acesso ao Centro de Lançamento de Alcântara – CLA/MA. O presente convênio visa cumprir parte do Acordo Internacional BRASIL/UCRÂNIA para lançamento do Foguete Cyclone-4.

7 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

8 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

9 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

10 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

11 - INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU EXPEDIDAS NO EXERCÍCIO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT						1988
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
	017.582/2008-4	3909/2009	1.5.1	Determinação	Ofício nº 990/2009-TCU/SECEX-6	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Agência Espacial Brasileira - AEB						
Descrição da Deliberação:						
<p>1.5.1 Determinar à Agência Espacial Brasileira/AEB que:</p> <p>1.5.1.2 - Nos próximos Relatórios de Gestão, faça constar, de forma clara e objetiva, as providências adotadas para atender as determinações do TCU e as recomendações do Tribunal e da SFC, na forma prescrita pela Instrução e pelas Decisões Normativas anuais que regulamentem a apresentação dos Relatórios de Gestão da Agência (subitem 7.2.4).</p> <p>1.5.1.3 - Nas próximas prestações de contas, faça constar do "Parecer da Auditoria Interna" avaliação sobre a efetividade do sistema de controle interno, na forma prescrita pela Instrução e pelas Decisões Normativas anuais que regulamentem a apresentação dos Relatórios de Gestão da Agência (subitem 7.3.3).</p>						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
Coordenação Orçamentária e Financeira/DPOA e Auditoria Interna						4243
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:						
<p>- A partir do exercício de 2008, conforme Decisão Normativa nº 093, de 03/12/2008 Anexo I esta Agência Espacial Brasileira deixou de apresentar o Processo Anual de Prestação de Contas ficando a obrigatoriedade da apresentação do Relatório de Gestão. Nos Termos da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07/10/2009, serão observadas as determinações emanadas pelo TCU, objeto do referido acórdão.</p>						
Síntese dos resultados obtidos						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT					1988
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	006.677/2005-7	1081/2008	9.1	Determinação	Ofício 907/2007-TCU/SECEX-MA
Orgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Agência Espacial Brasileira - AEB					4243
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelos recorrentes, com fundamento nos arts. 48 e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito dar-lhe provimento parcial;</p> <p>9.2. em consequência, proceder às seguintes modificações no acórdão recorrido:</p> <p>9.2.1.da ao subitem 9.1 a seguinte redação:</p> <p>"9.1. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, no art. 45 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 251 do Regimento Interno, determinar à Agência Espacial Brasileira (AEB) que, após utilização integral dos recursos repassados à Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, por força do Convênio nº 15/2007, nas obras de reconstrução da torre móvel de lançamento de satélites, objeto da Concorrência nº 5/CTA/2005, proceda à extinção do referido convênio, cujo objetivo real foi o de reter as dotações orçamentárias que não puderam ser utilizadas imediatamente nas referidas obras;"</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração/DPOA					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>- Nota Técnica PRF/AEB nº 074/2008, de 14/12/2008 - Processo 01350.000518/200478 - Vol II Fls. 408 a 430</p> <p>- Ofício nº 548/DPOA/2008, de 24/12/2008, informando à FINEP acerca das determinações exaradas no item 9.3 do Acórdão 2.076/2007-Plenário</p> <p>- A Diretoria de Transportes Espaciais e Licenciamento-DTEL/AEB acompanha a execução do Convênio 15/2007-AEB/FINEP, através de relatórios técnicos periódicos enviados pelo Instituto Aeronáutico e Espaço-IAE, Interviente Técnico e responsável pela reconstrução do Sistema Plataforma de Lançamento do Veículo Lançador de Satélites (Sistema PLAT/VLS) e com eventuais visitas <i>in loco</i>.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
- O encerramento do Convênio 015/2004 está previsto para 31/12/2010					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12 – INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA OU PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU nº 55/2007

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	2	2
Pensão	1	1

13 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.

Declaramos para os devidos fins do presente relatório de gestão que as informações solicitadas neste item encontram-se registradas nos respectivos sistemas SIASG e SICONV, nos termos da referida LDO-2009.

14 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI N.º 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL - UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO-EXECUTORAS), REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO

Declaração do Contador - Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – AEB		203001/20402	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASÍLIA	Data	09/03/10
Contador Responsável	MARIA DO ROSARIO DE FÁTIMA DANTAS DE OLIVEIRA	CRC nº	DF-019003/0-60

2 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

3 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

4 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

5 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

C – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

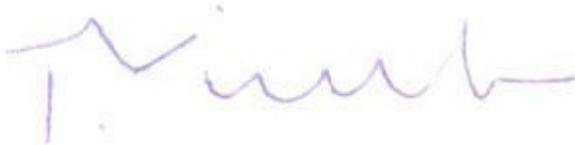
Brasília-DF, 31 de março de 2010.


JOCELINO FRANCISCO DE MENEZES
Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração

Aprovo.

À Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração para encaminhar o presente Relatório de Gestão à Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI da Controladoria-Geral da União – CGU/PR, ao Tribunal de Contas da União – TCU e ao Assessor de Controle Interno do MCT.

Brasília-DF, 31 de março de 2010.



THYRSO VILLELA NETO
Presidente em Exercício